



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social
Sub-eixo: Estado, políticas sociais e movimentos sociais

DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE CRISE ESTRUTURAL, FETICHE E LUTA POR MORADIA NO CAPITALISMO

VIRGINIA MÁRCIA ASSUNÇÃO VIANA ¹

RESUMO

Este artigo propõe um diálogo sobre a contemporaneidade do capitalismo entre Mézaros, Harvey e Manzano. A análise da luta urbana por moradia remete enfrentar à especulação imobiliária para além das políticas locais e gestão das cidades. Os autores compreendem que a crise estrutural do capital e as estratégias de concentração e centralização de dinheiro estão sob controle do capital financeiro globalizado. Esse fetiche enganoso da destruição criativa da terra tem vida aparente fundada na morte ambiental, humana e na barbárie. As lutas sociais exigem perspicácia na organização coletiva, criticidade em relação ao fetiche do capital e resistência da classe trabalhadora.

Palavras-chaves: Crise estrutural do capital; Especulação imobiliária; Lutas sociais.

ABSTRATC

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual Do Ceará

This article proposes a dialogue on the contemporaneity of capitalism between Mézaros, Harvey and Manzano. The analysis of the urban struggle for housing refers to facing real estate speculation in addition to local politics and city management. The authors understand that the structural crisis of capital and the strategies of concentration and centralization of money are under the control of globalized financial capital. This deceptive fetish of the creative destruction of the earth has an apparent life based on environmental, human death and barbarism. Social struggles require insight into collective organization, criticism of the fetish of capital, and resistance of the working class.

Keywords: Structural capital crisis; Real estate speculation; Social struggles.

I. Introdução

Seja em qual configuração se exprime, o sistema capitalista traz por condição a luta de classes e a iminente necessidade de (re)organização do capital, sendo o alvo a relação Capital e Trabalho. A matriz de base contemporânea, como enfatiza Netto (1996), que perpassa essa relação dual tem raiz no capital financeiro, na desregulamentação das condições de trabalho e na tecnologia e automação. A necessidade primordial do regime de acumulação é intervir no controle entre as transformações das condições de produção como nas situações de reprodução dos assalariados.

A regulamentação do capital contemporâneo, no entanto, foi ousada em buscar alcançar as dimensões fundantes da vida social desde a pessoa, aos grupos e às instituições, e Harvey (1992) conclui que as marcas mais significativas estão na lógica do individualismo exacerbado, na desconstrução da organização sindical como meio de resistência coletiva, bem assim na financeirização do capital, que

reforça o estranhamento do/as trabalhadore/as e facilita a acumulação capitalista.

Em Mézaros resgato a coerência e clareza analítica de que as crises do capital não são ondas de aquecimento e refluxo das condições de acumulação de dinheiro, mas uma crise estrutural onde as formas de amenizar as desigualdades e injustiças são cada vez mais escassas. Isso revela a agudização da pobreza e a intensificação da luta de classes.

De Manzano o debate sobre as formas estratégicas de acumulação financeira mundializada com as formas de cartel, trusts e holdings que vem contribuir com o fetiche e a ilusão como irremediáveis ao desenvolvimento econômico barrando qualquer desobediência às regras.

Por fim, os diálogos contemporâneos sobre o capitalismo vêm contribuir com a defesa da organização coletiva e das lutas sociais como caminhos de resistência da classe trabalhadora no campo e na cidade.

II. A crise estrutural e as lutas sociais: debate de Mézaros, Manzano e Harvey

O debate de Mézaros (2007) a respeito do tempo histórico é constituído na asserção de que “[...] o sistema do capital se articula numa rede de contradições (...) encontramos o antagonismo inconciliável entre capital trabalho (...) forma de *subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital*” (P.87). Dessas contradições, as principais que o autor reúne diz respeito à: produção e controle/ consumo e circulação; competição e monopólio; desenvolvimento e subdesenvolvimento, do norte e sul global ou dentro dos países; produção e destruição (“produtiva” e “criativa”); dependência insuperável do trabalho vivo; produção de tempo livre ou sobretrabalho; emprego e desemprego; destruição ambiental ou crescimento a qualquer custo; empresas transnacionais; e controle de produção específica e ausência de controle geral.

Portanto, Mézaros (2007) identifica o fato que, na lógica do capital, a dominação do mais fraco pelo mais forte é um imperativo inseparável ao sistema. “Diante da *crise estrutural* do capital, em contraste com as crises *conjunturais periódicas* do capitalismo observadas no passado, é importante ainda sublinhar a

noção de que os problemas são fatalmente agravados no estágio atual de desenvolvimento”. (p. 88).

O agravamento das contradições no capitalismo condiciona respostas mais absurdas e desrespeito à condição humana, com vistas a manter a acumulação do capital e a ordem geral da dominação sob o controle da classe hegemônica. Mészáros (2007) aponta a imposição dos estados Unidos e a dominação imperialista desse País em todos os setores da sociedade como uma resposta letal à humanidade. Seja por via do domínio econômico com o capital transnacional das corporações, seja pelo militarismo numa ação continuada da dominação pela força, que, mesmo após a destruição e uso abusivo de armamentos no século XX, o atual momento faz ser o maior perigo do imperialismo “[...] por uma superpotência econômica militar hegemônica, com todos os meios – incluindo os extremamente autoritários e violentos meios militares (...). É essa a racionalidade última (...) na tentativa vã de assumir o controle de seus antagonismos inconciliáveis”. (P.104).

De acordo com Mészáros, a ocupação militar dos Estados Unidos alcançou, na primeira década do século XXI, 69 países, sob uma desmedida alegação ideológica de proteção, que lhe dava plenos poderes de impor restrições comerciais e políticas em benefício próprio. Essas práticas de dominação configuram-se intrínsecas ao sistema capitalista aos moldes da Inglaterra com o Império Britânico, e seu domínio cruel, principalmente, na Índia e de tantos outros “colonizadores” na história da humanidade. E, em parte, isso explica a escolha atual do alvo estadunidense ser a China, pela capacidade que sempre teve de se defender de ocupações militares e de fortalecer-se economicamente como grande potência, por isso também ser hoje caracterizada como um demônio ameaçador gigante.

As análises de Mészáros (2007) apontam o imperialismo em três fases, a do “[...] primeiro imperialismo colonial moderno construtor de impérios” com a expansão dos estados europeus; o “[...] imperialismo ‘redistributivista’ (...) chamado por Lênin de ‘estágio supremo do capitalismo’”; e, por fim, o “[...] imperialismo global hegemônico”, esse com fundamento numa “fingida igualdade democrática”, advindo

da crise estrutural do capital no pós-Segunda Guerra e anunciado como “Política de Porta Aberta” pelo presidente F. Delano Roosevelt. Desde então, variantes que consolidam essa modalidade imperialista vem sob a dinâmica da dolarização, do dólar como moeda global, com o controle de todos os órgãos de intercâmbio econômico, tais como o Fundo Monetário Internacional-FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio-OMC; da intervenção no campo da alta tecnologia militar e civil, com destaque para a Microsoft e o imperialismo cultural na dominação dos meios de comunicação, de cinemas e televisões mundiais; e de um aspecto muito significativo e quase invisível, como a produção de alimentos transgênicos, geneticamente modificados, como os da Monsanto, e do controle de patente de genes, fora o grau de contaminação com agrotóxicos nos alimentos consumidos. A lógica do controle prossegue na política de patentes que são capitaneadas para os Estados Unidos, como muitos dos alimentos, frutos tropicais e invenções tecnológicas brasileiras, desde o genoma humano até a biodiversidade da floresta equatorial.

Os caminhos de contra-hegemonia estão no acirramento da luta de classes e na organização do/as trabalhadores no movimento socialista, por onde Mészáros (2007) visualiza quatro pontos: a falácia convincente da globalização, que precisa ser entendida como uma *incontrolabilidade* do capital; a dependência relativa do trabalho ao capital, pois essa subsunção do trabalho é criada e possível de ser superada historicamente; que o reformismo como resposta de controle do capital pode apontar novas perspectivas de confronto entre capital e trabalho; e, por fim, a necessidade de “[...] igualdade substantiva como princípio estruturador e regulador” na conquista de uma nova ordem social. Assim,

[...] à profunda crise estrutural do sistema do capital no plano militar e político, não nos deixa espaço para tranquilidade ou certeza. Pelo contrário, lança uma nuvem escura sobre o futuro, caso os desafios históricos postos diante do movimento socialista não sejam enfrentados com sucesso enquanto ainda há tempo. Por isso, o século à nossa frente deverá ser o século do ‘socialismo ou barbárie’. (MÉSZÁROS, 2007, p.132).

Manzano (2013) discorrendo sobre o pensamento marxista, destaca a ideia de que, na lógica do capitalismo, se forja a desapropriação de quem é produtor direto do trabalho constituído livremente para ser apropriado por aqueles que dominam os meios de produção. Por isso, há a exploração do excedente deste trabalho, fazendo com que se legitime e naturalize a venda da força de trabalho para ser explorada pelos capitalistas, o que provoca a acumulação de capital. Nessa relação, o capital e o trabalho passam a ser regulados por um mercado que comanda a reprodução social desde a condição básica de sobrevivência do/as trabalhadore/as e a intenção de acumulação dos capitalistas. Assim, em suas bases, o mercado reproduz uma condição desigual e injusta. Tudo o que se cria nessa relação de produção de trabalho é mercadoria, prehe de expropriação, de mais-valia e subjetividade humana.

Como explica Manzano (2013), a acumulação obedece dois contextos distintos e simultâneos, um da concentração e outro da centralização de capitais. O primeiro acontece quando o trabalho produtivo produz mais-valia que, transformada em lucro, se torna capital e se junta ao capital inicial investido. E nesse processo de investimento, reinvestimento, as empresas concorrem e algumas delas se fazem mais poderosas em seus ramos de negócios, estabelecendo a centralização de capitais, seguindo a trilha do monopólio e de maior poder.

Portanto, as feições que foram se delineando nessa contemporaneidade revelam uma trajetória da economia política que, por medidas de ajustes, foi superando as crises de acumulação, adotando caminhos de contenção da livre concorrência, como que filtrando os capitalistas com capacidade de permanecer robustos no mercado. Daí, por que os capitalistas com centralização de capitais, com maior poder de acumulação, passaram a se organizar em coletivo como meio para sobrevivência no mercado, a maioria se agrupando nas sociedades anônimas materializadas em cartéis, trustes e *holdings*.

Há uma espécie de hierarquia nessa estratégia de controle de mercado, considerando essas três esferas de organização. O cartel, por exemplo, pode ser o primeiro patamar da articulação, quando as empresas de mesmo ramo se associam para monopolizarem e dividirem o mercado mediante um grande acordo. Já no

truste as empresas maiores comprem as concorrentes, controlam preços e dominam o mercado. E, no *holding*, o mais elevado dos patamares, há um controle acionário das companhias financeiras sobre os complexos corporativos industriais, de sorte que os capitalistas nessa modalidade não investem em capital produtivo e, sim, em capital financeiro. E dessas modalidades estratégicas de acumulação, pois, se formam grandes conglomerados econômicos. De tudo, fica a intenção de não mostrar a cara de quem concentra e centraliza capital, porque parece ser ente acima do bem e do mal.

Mesmo com essa engrenagem complexa da reprodução do capital, entretanto, Manzano (2013) revela que, de todas as mercadorias produzidas para o capitalismo, a mais importante delas continua sendo a força de trabalho. Então, justifica o esforço em atingir sua condição subjetiva, buscando descaracterizá-la como coletivo, fragmentando-a como estrato social, negando-lhe a possibilidade de se reconhecer entre seus pares, condicionando-a à individualização e à condição de estranhamento como classe. A submissão, porém, que o capital impõe ao trabalho não é absoluta, visto que não há passividade nessa relação e as condições concretas da realidade potencializam os acirramentos ou os refluxos da organização dos trabalhadores. Por trás desses momentos de confronto estão os sinalizadores das crises do capital, condicionados por fatores circunstanciais do regime de produção e acumulação capitalista, mas movidos pela condição *sine qua non* do capital - a luta de classes.

Manzano (2013) faz uma alusão importante à financeirização do capitalismo, ao discutir sobre a centralização de capital dos bancos, quando várias das pequenas casas bancárias foram substituídas e incorporadas às grandes instituições financeiras, impulsionando os capitalistas da indústria a se associarem ao capital bancário como forma de empréstimos e liberação de créditos. Com isso, o mercado de ações ou o “capital de papéis” assumiu uma centralidade no mercado, direcionou empresas e corporações a se fundirem e interferiu na implementação de políticas sociais, trabalhistas e econômicas, hegemonicamente favoráveis às corporações, por incentivos fiscais e apoio ideológico.

O avanço da tecnologia, as redefinições nos padrões do modo de produção, as

imposições de novas modalidades organizativas da classe trabalhadora buscando reduzi-las às comissões de fábrica, a expansão das empresas em território sem história de organização operária, o incremento da ideologia do empreendedorismo e da autonomia individual da/os trabalhadore/as são potenciais configurações de produção de mais-valia contemporânea.

O Estado passou a ser o grande motivador e veículo dessas mudanças, sendo apropriado pela esfera privada e aliado da classe dominante. Assim, não há mais defesa da função social do Estado, mas de uma sociedade civil que precisa ser responsabilizada pela condução das políticas públicas, e que, muitas vezes, toma vantagem nisso. Assim, a classe dominante com os capitalistas - grandes proprietários de terras, donos dos meios de produção, banqueiros, acionistas transnacionais etc. - se apropriaram das instituições políticas e jurídicas com vista a estabelecer cada vez mais controle às forças de resistências e impor seu poderio econômico-financeiro. “Toda corporação transnacional se ergue sobre uma base nacional que depende de um estado local para manter sua viabilidade, assim, como necessita que outros Estados lhe proporcionem o acesso a novos mercados e novos contingentes de trabalhadores”. (MANZANO, 2013, pp.113 e 114).

Numa defesa marxista, Manzano (2013) alerta para o fato de que as crises são inerentes ao sistema do capital e, sendo por ele provocadas, devem ser analisadas nos contextos históricos em que surgem. Um dos destaques que a autora faz, relacionado à fase contemporânea é o do monopólio e controle sistemático às imperfeições e falhas do mercado que vão sendo sinalizadas pelas agências de “avaliação de riscos”. Os Estados passam a receber influência dos resultados dessas agências, de como vão estar suas condições, se “rebaixados” ou não no mercado global, se é viável investir no País e em que proporção, sendo as agências Moody’s, Standart & Poor’s e Fitch as mais expressivas. O mercado assume a prioridade na prestação dos serviços públicos e o Estado intervém, apenas, de maneira compensatória àqueles segmentos que não conseguem se incorporar às regras e necessidades do mercado.

Nessa dinâmica, os ciclos de crise e expansão do capitalismo restam cada vez mais curtos e constantes e, em geral, de acordo com a lógica neoclássica, são

condicionados por ação política, guerras ou comportamentos ético-morais, como as falhas do mercado. Manzano (2013) destaca alguns desses momentos históricos no século XX com as duas guerras mundiais e a sedimentação do bloco socialista, das crises econômicas de 1929 e com o nazifascismo e o pós-Segunda Guerra. As conformações hegemônicas de intervenção apontaram para a normatização de padrões econômico-sociais consolidados na Conferência de Bretton Woods, nos Estados Unidos, em 1944. Desde a Conferência se estabeleceram as bases contemporâneas de controle da circulação de moedas, dos ajustes sociais em prol do controle inflacionário que implicaria mais crises financeiras. Assim, os EUA assumiram o poder da direção e controle da economia mundial e lidera, desde então, o bloco capitalista.

Com os confrontos da guerra fria² entre os blocos socialista e capitalista, a moeda de maior circulação no mundo passou a ser o dólar. A referência dos países periféricos do capital na dolarização interferiu em sua soberania e autonomia e desvalorizou suas economias nacionais. Nesse ínterim, foi lançado o Plano Marshall para “ajudar” os estados derrotados pelas guerras, provocadas em grande parte pelos próprios Estados Unidos e, em função disso, elevou os investimentos na militarização e na indústria armamentista. No mesmo “pacote” do Plano Marshall, está a criação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional – FMI e da Organização Mundial do Comércio – OMC (antigo GATT) que, ao tempo em que emprestava recursos financeiros, endividava os Estados e controlava com mão de ferro sob suas condicionalidades. Na Europa, o surgimento do Estado de Bem-Estar Social aflorou no contexto de dar respostas: às greves do movimento operário e da classe

2A Guerra Fria ocorreu no pós- segunda guerra e representou a divisão das potências mundiais em blocos econômicos com diferenças político-ideológicas, dois blocos mundiais foram formados, um capitalista, tendo como referência os Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão; e, o outro comunista, através da Europa Oriental, União Soviética e a China. Entre os acontecimentos mais significativos do início da guerra fria houve a bomba atômica em 1945 e a divisão da Alemanha em 1949, e de seu encerramento com a queda do Muro de Berlim em 1989 e em 1991 com a queda da União Soviética. Com isso todas as iniciativas de caráter econômico e político passaram por esses processos de disputas, tal como a guerra armamentista e os grandes projetos de energia nuclear. As consequências da guerra fria tem uma relação com o processo de avanço da hegemonia capitalista capitaneada pelos Estados Unidos, que como país central do capital tem sofrido mais intensamente a crise econômica no contexto do capitalismo financeiro contemporâneo.

trabalhadora, por direitos sociais e trabalhistas; às crises da Bolsa de Valores dos EEUU; à ascensão das ideias social democratas, trabalhistas e socialistas, do comunismo e das pressões do Bloco Socialista.

A crise do pós-guerra, de 1945 a 1973, como destaca Harvey (1992), se inclinou à intervenção estatal, na contraposição da “mão invisível”, de Adam Smith, para estabelecer uma desregulamentação do mercado já perpassado de falhas condicionadas por uma “concentração de poder e privilégios de monopólio”. Assim, a dimensão estratégica era de, no caos, condicionar intensivo controle sem medir forças para o disciplinamento, seja pela repressão, familiarização, cooptação e cooperação no trabalho e no contexto social. A indústria midiática passou a ser um dos mais valiosos expedientes para a difusão da ideologia dominante, via meios de propagação coletiva, das instituições religiosas e educacionais e nas instituições estatais. “Há sempre perigo de confundir as mudanças transitórias e efêmeras com as transformações de natureza mais fundamental da vida político-econômica”. (HARVEY, 1992, p. 119).

Cabe lembrar que as contradições também são inerentes ao capitalismo, e ao tempo em que se constituem saídas da crise, novas determinações surgem e outras dimensões de crise têm curso. Na globalização contemporânea, a transnacionalização do capital, a fusão de riquezas concentrando e centralizando capitais, o barateamento da força de trabalho em países periféricos do capitalismo, o apoio de estados locais ao comando central da economia estado-unidense enfraquecendo-os cada vez mais, e, em 1987, a quebra da Bolsa de Valores dos Estados Unidos, fez o século XXI sinalizar outros graves condicionantes mundiais, como,

[...] crise imobiliária no Japão, no início dos anos de 1990, seguida pela estagnação dessa economia por mais de uma década; crise asiática, em 1997, com a quebra do mercússia, em 1999; crise cambial no Brasil, México e Argentina, em 2001; estouro da bolha da internet, em 2002; crise do mercado imobiliário estadunidense e crise de liquidez bancária na Europa e Estados Unidos. O aspecto financeiro dessas crises é o reflexo da perda de dinamismo das economias da União Européia, EUA e Japão.

[...]

A globalização das finanças é decorrente da universalização do capital. Essa universalização nada mais é do que a universalização da extração

da mais-valia, da exploração da força de trabalho. (MANZANO, 2013, pp. 114 e 115)

Num reforço à compreensão desses condicionantes da economia mundial Harvey (2011) em debate sobre o fluxo do capital evoca a ideia de que esse formato “sinuoso” de estabelecimento do capitalismo já foi analisado com maior intensidade e crítica nos primórdios de suas discussões. Atualmente, o interesse analítico passa por um conhecimento, que pretende aprofundar detalhes expostos em relatórios e previsões, sem necessariamente estabelecer uma dinâmica de debate sobre as concepções e o caráter desse fluxo sistêmico capitalista.

Essa observação a de que a crítica ao capitalismo arrefeceu na modernidade e pós-modernidade - veio para chamar a atenção de que a crise imobiliária, que determinou o início da primeira década do século XXI, já vinha sendo sentida desde os anos de 1990, quando, nos Estados Unidos, aumentaram as taxas de despejos em locais de moradia das classes de baixa renda, com “afro-americanos” e imigrantes, principalmente, mas que não ensejou cuidados, tampouco intervenção estatal. A preocupação, alarme do mercado e intervenção do Estado, só veio quando as mesmas situações alcançaram os “estratos brancos” da classe média que residiam em áreas urbanas mais abastadas, como na Flórida e Califórnia.

Nessa crise do mercado imobiliário, que ficou conhecida como a “crise das hipotecas *subprime*”,³ as execuções hipotecárias passaram a ser inúmeras em razão dos baixos valores dos imóveis em descompasso relativamente aos elevados valores cobrados pelos financiadores “Todo mundo tinha agido como se os preços dos imóveis pudessem subir para sempre” (HARVEY, 2011, p. 10). Algumas saídas foram encontradas pela população, como foi se organizarem as pessoas em espaços divididos por várias famílias com o abandono das casas e das dívidas. E os bancos e financeiras passaram a ficar com papéis sem valor, numa inclinação ao colapso. Assim, a crise das hipotecas em 2008 fez desmantelar “[...] todos os grandes bancos de investimentos de Wall Street, mudando estatutos, provocando

³*Subprime* é um crédito de risco, em geral hipotecário, que pode ser concedido a quem requer empréstimo imobiliário, mas não possui garantias suficientes para taxas e retornos exigidos pelo mercado. Assim, o imóvel passa a ser a própria garantia e compromisso assumido ante à instituição financeira.

fusões forçadas ou falências”. (IDEM). Dentre estes estava o Lehman Brothers Holdings Inc. (banco de investimentos e grande corporação, que tinha como maior negociador o tesouro dos EUA), fundos de pensão, pequenos bancos regionais europeus e governos da Noruega à Flórida. Entrementes, as corporações de maior vulto e interesse ao Estado foram socorridas no sentido de conter a crise e manter o “equilíbrio” do sistema, a exemplo de seguradoras, que precisavam ter o controle das apostas de riscos e dos bancos internacionais, como a AIG Seguradora.

Era como se o Wall Street tivesse iniciado um golpe financeiro contra o governo e o povo dos Estados Unidos (...) o Congresso e, em seguida, o presidente George Bush cederam e o dinheiro foi enviado, sem qualquer controle, para todas as instituições financeiras consideradas ‘grandes demais para falir’. (HARVEY, 2011, p. 12).

Na compreensão de Harvey (2011), as crises provenientes dos mercados imobiliários em geral são mais duradoras do que as de mercado de ações e de bancos, uma vez que investimentos nos espaços construídos, além de envolverem vultuosas cifras, também são de alto risco e de retorno demorado. Não se deve, contudo, pensar que é anormal nem o tamanho e alcance do colapso, gerado, tampouco que suas raízes estão no desenvolvimento urbano e mercado imobiliário, haja vista que o neoliberalismo, como resposta do capital às crises imediatamente anteriores, desde aos anos de 1970, projetou, de certo modo, esse momento de colapso.

Se há como entender as bases do neoliberalismo, como anunciadas até aqui nas análises de Manzano (2013) e Mészáros (2007), o neoliberalismo é uma intenção da classe dominante que pressupõe um discurso falacioso sobre a liberdade individual, autonomia, corresponsabilidade dos sujeitos, toma a privatização como virtude, assim como o livre mercado e o comércio. “Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal”. (HARVEY, 2011, P. 16). Como principal diretriz do neoliberalismo, o autor destaca a do poder do Estado para proteger as instituições financeiras a qualquer custo e revela como exemplo o ocorrido no México em 1982, conhecido como o “risco moral”, que

acarretou um declínio nas condições de vida do povo desse País, mesmo depois de alguns anos da ajuda estadunidense concedida.

Isso confirma, em relação ao neoliberalismo, que “[...] não há nenhuma evidência que ele está morto” (IDEM) e, atualmente, nos Estados Unidos, se repete a mesma história como no México nos anos de 1980, ou seja, da crise, se articulam políticas que garantam maior concentração e mais centralização de poder para os capitalistas. Os bancos permanecem reproduzindo o mesmo comportamento, porque não são responsabilizados pelos resultados negativos do investimento de alto risco; o Estado os socorre, e essa tem sido a engrenagem marcante dessa era do capital. Os ativos em recursos voltam a favorecer os detentores do capital concentrado e centralizado e a liquidez e excedente do capital recomeçam o ciclo de exploração do trabalho.

A busca incansável dos capitalistas obterem lucros fáceis de modo perene move essa lógica de impor um “exército industrial de reserva” ou “parcela estagnada de trabalhadores ativos” (IAMAMOTO, 2007, p. 158) para manter esse ciclo de pressão aos trabalhadore/as pauperizado/as pela exploração e subsunção do trabalho ao capital. Esse fluxo do capital promove o afrouxamento dos direitos trabalhistas, a imposição de arrocho salarial, o subemprego e desemprego, a destruição do trabalho camponês com a expansão do agronegócio, a imposição de regras de trabalho escravo e terceirizado, permitindo que a exploração e a pauperização da força de trabalho, em especial; o trabalho feminino, entrasse pela porta da frente das casas da classe trabalhadora.

Essa desregulamentação é peça na arquitetura do capital financeiro em busca de melhor rentabilidade. Assim, é criada a indústria da dívida com os cartões de crédito e instituída a carteira de empréstimos ao contingente de trabalhadores com baixa renda, inclusive ao/as beneficiário/as de programas sociais. Do mesmo modo como dispararam as dívidas familiares, o número de empresas financeiras também, em suposto apoio e promoção de crédito a esse segmento “pobre virtual” (IAMAMOTO, 2007, p.159), pauperizados pelo trabalho, por não possuir as condições concretas de realizá-lo, como são os sem-terra, sem-teto, sem-emprego etc.

Harvey (2011) diz mais que, articulando a essa nova feição da crise imobiliária, “As instituições financeiras, inundadas com crédito, começaram a financiar a dívida (...) Se isso não tivesse acontecido, então quem teria comprado todas as novas casas e condomínios que os promotores de imóveis com financiamento estavam construindo?” (P.22). Nesse caso, a *faca e o queijo* estavam nas mãos das instituições financeiras, que controlavam a oferta e a demanda por habitação. “Salvar os bancos e arrebentar com o povo funcionou às mil maravilhas – para os banqueiros”. (IBIDEM, p.24).

A desigualdade é observada no desenvolvimento da crise, visto que a “[...] bolha imobiliária - Estados Unidos, Grã-Bretanha, Irlanda e Espanha”, dos países centrais da crise já deixaram seus rastros em todo o mundo e com impactos diferenciados. Tal como a China e Índia, que segundo Harvey (2011), foram mais protegidas, pois não se integraram totalmente a esse formato do sistema financeiro global. Os países mais dependentes daqueles da “bolha” como os do Leste e Sudeste Asiático, tiveram sequelas maiores, com muita recessão e desemprego. Uma ideia fica: nada está fechado, tudo é processo! “As greves eclodiram na França junto com protestos na China, revoltas rurais na Índia e agitação estudantil na Grécia. Nos Estados Unidos, um movimento de pessoas sem-teto para ocupar habitações abandonadas ou nas quais houve despejos começou a tomar forma”. (P.39). Daí o autor mencionar que “A possibilidade de sairmos da crise de uma maneira diferente depende muito do equilíbrio das forças de classe”. (HARVEY, 2011, p.18)

Além dessa providencial desregulamentação contemporânea do capital, Harvey (2011) destaca a *destruição criativa da terra*, também conhecida como *segunda natureza*, constituída no decurso da história do capitalismo e, nos últimos três séculos, intensamente redefinida pela ação humana. A dominação e expansão do capital parecem poder tudo em nome do aumento produtivo na agricultura e pecuária, pois, além de modificar geneticamente, abusa no uso de pesticidas e fertilizantes, como ocorre com a “revolução verde”. A busca de aumentar a produtividade como prevenção da fome trouxe consequências nefastas ao social e no ambiente, sem considerar, ainda, que não eximiu a fome no mundo.

As vulnerabilidades das monoculturas significaram investimentos pesados em fertilizantes e pesticidas à base de petróleo (lucrativamente produzido por empresas estadunidenses, como a Monsanto), e o tipo de capital envolvido (em geral relacionado à gestão de recursos hídricos e a irrigação) implicou a consolidação de uma classe de produtores ricos (com frequência com a ajuda de instituições de crédito duvidosas) e a redução de todos os outros ao status de camponês sem-terra. (Pp. 152 e 153).

Na *segunda natureza* os empreendimentos capitalistas são especulativos e com a conivência e o interesse direto dos Estados, que historicamente promovem a especulação de terras e um ciclo de exploração que implica muitas crises e resistências. Assim, para citar alguns momentos históricos, aconteceu na Nicarágua com indígenas camponeses liderados por Augusto Sandino e que ameaçou a United Fruit Company nos anos de 1920; com o Movimento dos Trabalhadores Sem-terra - MST no Massacre de Eldorado dos Carajás, no norte do Brasil, que lutavam para desapropriação da fazenda Macaxeiras, com terras especuladas para o “plantio de pasto” em 1996; no Movimento dos Indígenas em Honduras, iniciado nos anos de 2000, liderados por Berta Cáceres contra a construção da barragem de Água Zarca, do Plano Puebla-Panamá no Sistema de Interconexão Elétrica dos Países da América Central – SIEPAC liderado pela transnacional ítalo-espanhola Endesa-Enel e que está expulsando os índios de suas reservas florestais e das terras usadas para agricultura e caça de sobrevivência e de tantos outros levantes, tão forte e militarmente reprimidos com mortes de militantes.

Aqui no Brasil um caso emblemático da *segunda natureza*, destacado por David Harvey (2011) foi a *Fordlândia*, instalada na selva amazônica para plantio e exploração do seringueira e extração da borracha em prol da fabricação de pneus a serem utilizados nos automóveis da Ford. De 1920 a 1945, a automotora Ford instalou espaço produtivo e vila operária dentro da floresta amazônica, desmatou e replantou seringueiras, que não obedeceram à lógica do capital e não produziram o látex esperado. Hoje, só restam ruínas do abandono desse empreendimento, encravadas na floresta amazônica que fazem lembrar essa sanha do capital. No que se refere à *segunda natureza*, no Brasil, a lógica das estratégias político-econômicas

dos governos brasileiros não se diferencia no transcurso histórico mundializado do capital, embora traga especificidades sintonizadas aos contextos das disputas entre capital e trabalho.

O acampamento Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará, entre os municípios de Curionópolis e Parauapebas, noutro momento histórico, em meados dos anos de 1990, e em outro extremo do país, é outro movimento de luta e de resistência com camponeses e ex-garimpeiros em luta por terra. As particularidades são outras, as determinações do capital, as mesmas, as configurações socioeconômicas com novas/velhas expressões em sintonia com as dinâmicas de acumulação, concentração e centralização de capitais.

E a Comuna 17 de Abril em Fortaleza, Nordeste do Brasil, no final da primeira década de 2000, confirma a luta por terra e moradia, numa dinâmica de organização campo e cidade. A denominação Comuna 17 de Abril, ou Comuna, recobra a ousadia e coragem da Comuna de Paris e o Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará em 1996.

III. Luta por moradia: um desafio do campo e cidade

O processo de educação e formação política na luta do movimento social Ocupação Comuna 17 de Abril, em Fortaleza, é inerente às lutas sociais. Ninguém é a mesma pessoa depois de uma ocupação por moradia popular. As dimensões conceituais sobre movimentos sociais problematizam, de modo geral, que uma ocupação de terras urbanas organizada por movimentos do campo e cidade, não necessariamente, é movimento social. As particularidades como mediações construídas e materializadas no real, contudo, numa perspectiva dialética, me permitiu reconhecer a Ocupação Comuna 17 de Abril como movimento social. Essa decisão foi refletida por meio da compreensão da falta de consenso em torno da conceituação sobre movimentos sociais e da perspectiva mais ampla de entender ações coletivas conflituosas com objetivos planejados e numa dimensão de mudança social, como Encruzilha Natalino e Comuna 17 de Abril, serem movimentos sociais.

O olhar analítico sobre a Comuna confirma que na luta houve a formação política numa dimensão educativa em todas as fases da sua formalização, desde a mobilização e envolvimento do/as que conseguiram entender os porquês da sua decisão e/ou do/as que, mesmo ainda no processo da reflexão, caminharam junto/as na luta, tendo como referências a história dos combates e a vida de quem os construiu e estão ali, lado a lado; do/as que assumem a frente, militantes na vida, que já perceberam o véu midiático e ideológico do fetiche que naturaliza o não-direito e encobre a realidade desigual; e os/as que se somam, como resolvida/os a usar a visão lateral para perceber e refletir mais amplamente sobre a realidade.

Portanto, a organização entre movimentos do campo e cidade acertou na radicalidade da luta e confirmou que Ocupar é mais que invadir, é tomar conta, cuidar e dar sentido de si para a coletividade. O antes e durante da Ocupação Comuna 17 de Abril foi perpassado de estratégias fundamentais para a conquista das moradias e com ela a conquista de se sentir parte de uma intencionalidade de ocupar o espaço público e a vida coletiva em sua pluralidade, com educação, capacidade de reflexão crítica, modos de fazer emancipatórios, convivência comunitária recíproca, e corroborar: “ninguém é o mesmo depois de uma ocupação”.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho:** ensaios sobre as metamorfoses e centralidade no mundo do trabalho. 1995.

MANZANO, Sofia. **Economia política para trabalhadores.** O Capitalismo Contemporâneo. pág.89 a 120. Cadernos do Instituto Caio Prado Jr. Nº 2. São Paulo: ICP, 2013.

MÉSZARÓS, István. **Século XXI:** socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZARÓS, István. **Desafio e o Fardo do Tempo Histórico:** o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da

mudança cultural. 6ª. Ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **Enigma do capital: e as crises do capitalismo.** Tradução de João Alexandre Peschanski. A crise. Pág. 09 a 40 e a Destruição Criativa da Terra. Pág. 151 a 174. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. Capital fetiche, questão social e serviço social. pág. 128 a 208. São Paulo: Cortez, 2007.